
“Positivismos” versus “Interpretativismos”: o que a Administração tem a ganhar com esta disputa?

“Positivism” versus “Interpretivism”: what does management gain from this dispute?

*MILKA ALVES CORREIA BARBOSA**

*FLÁVIO EGÍDIO BARBOSA NEVES***

*JOUBERTE MARIA LEANDRO SANTOS****

*FERNANDA RODA DE SOUZA ARAÚJO CASSUNDÉ*****

*NILDO FERREIRA CASSUNDÉ JUNIOR******

RESUMO

A discussão sobre abordagens paradigmáticas no campo da Administração pode ser profícua na medida em que provoca os pesquisadores a refletirem sobre premissas, práticas e valores compartilhados numa comunidade científica. Entretanto, no extremo, torna-se uma disputa que impede a busca de outras abordagens para lidar com a complexidade dos fenômenos sociais. Este ensaio buscou provocar reflexões sobre as consequências do debate, polarizado entre positivismos e interpretativismos, para o campo da Administração. Para tanto, foram selecionados intencionalmente textos que possibilitassem melhor entendimento desse embate entre paradigmas, utilizando conceitos-chave de autores como Kuhn (2001), Bourdieu (1983), Trevisan (2006), Demo (2011), Morin (1998), entre outros. Em resposta ao objetivo geral deste trabalho, considera-se que essa disputa questiona a relevância do conhecimento produzido em Administração, restringe as opções

* Universidade Federal do Vale do São Francisco. E-mail: correiamilka@hotmail.com .

** E-mail: flavio.neves@gmail.com .

*** Universidade Federal de Pernambuco – Propad. E-mail: jo_ufal@yahoo.com.br .

**** Universidade Federal do Vale do São Francisco. E-mail: fernandaroda@gmail.com .

***** Universidade Federal do Vale do São Francisco. E-mail: nildo.cassunde@univasf.edu.br .

epistemológicas e impede-nos de desenvolver um pensamento paradoxal e perceber visões conflitantes. Por esse caminho, a Administração pouco tem a ganhar. Por outro lado, se conseguirmos avançar para além das conformações, é bem possível que as discussões tornem-se mais profícuas e plurais, e, assim, a Administração possa ser a grande vencedora dessa disputa.

Palavras-chave: epistemologia da ciência, paradigmas, pesquisa em administração.

ABSTRACT

Discussions on paradigmatic approaches in the field of Management may be fruitful to the extent that they lead researchers to reflect on assumptions, values and practices shared in the scientific community. However, in the extreme, it becomes a dispute that prevents the search for other approaches to deal with the complexity of social phenomena. This essay sought to encourage reflections on the consequences of the debate, which is polarized between Positivism and Interpretivism, to the field of Administration. Thus, we intentionally selected texts that enable a better understanding of this clash between paradigms, using key concepts from authors such as Kuhn (2001), Bourdieu (1983), Trevisan (2006), Demo (2011.), Morin (1998), among others. In response to the overall goal of this work, we consider that this dispute questions the relevance of the knowledge produced in Administration, restricts the epistemological choices and prevents us from developing a paradoxical thinking and apprehending conflicting views. In following this course, Administration has little to gain. On the other hand, if we move beyond conformations, it is quite possible that discussions become more profitable and plural, and thus Administration may be the big winner in this dispute.

Keywords: epistemology of science, paradigms, research in administration.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre abordagens paradigmáticas tem permeado os debates entre os pesquisadores do campo da Administração. É lugar-comum encontrarmos autores em conversas acaloradas defendendo uma abordagem paradigmática que entendem ser a mais adequada à produção na área.

De fato, não há uma forma única de produzir conhecimento; não há uma explicação única para um fenômeno social; não há uma forma única de interpretar dados, como também não há verdade única e inquestionável. Corroborando, Japiassu (1991) questiona o pensamento científico que se baseia em verdades definitivas e leva-nos à reflexão sobre o caráter processual do conhecimento, reconhecendo-o, não como um estado, mas sempre provisório, sempre um dever.

Podemos adotar abordagens paradigmáticas distintas para compreender um mesmo fenômeno, conquanto que cada uma delas nos leve a um ponto de chegada diferente. Então, por que insistir na disputa entre um paradigma e outro? Por que não reconhecer que a forma de abordar um tema pode ser diferente a partir da perspectiva paradigmática escolhida pelo pesquisador? Entendemos que as respostas a essas questões não são tão simples e merecem reflexões.

Iniciamos retomando o conceito de paradigma de Kuhn (2001) como um conjunto de crenças, valores e técnicas compartilhadas por membros de uma determinada comunidade científica. Por isso, ao ser aceito pela maioria da comunidade científica, o paradigma torna-se referência obrigatória para abordagens de problemas de pesquisa.

Em outras palavras, os paradigmas são fundamentados nas necessidades de compartilhamento e transmissão de conhecimento de pessoas que pertencem à mesma comunidade científica e, neste sentido, revelam opções ontológicas, epistemológicas, axiológicas e metodológicas de determinado grupo de pesquisadores (CRESWELL, 2010).

Assim, entendemos que a opção do pesquisador por uma abordagem paradigmática desdobra-se nas teorias que nela se abrigam, na metodologia a ser adotada e na possibilidade de diálogos com outras teorias. Vale dizer: a escolha do pesquisador por uma abordagem paradigmática orienta suas escolhas ontológicas e epistemológicas visto que paradigmas definem uma forma de ver o mundo e a forma como estudá-lo (GUBA; LINCOLN, 1994).

Certamente não enxergamos o mundo, ou a realidade, a partir da mesma lente. Sendo assim, ao escolher uma abordagem paradigmática, o pesquisador não o faz de forma neutra. Segundo Weber (2003), não existe qualquer análise puramente objetiva da vida

cultural, visto que não se consegue independência das perspectivas parciais, que já estariam presentes no próprio processo de escolha do objeto da pesquisa, em ciências sociais.

Para Morin (1998), um paradigma controla, não apenas as teorias e raciocínios, mas também o campo cognitivo, intelectual e cultural em que aqueles nascem; controla a epistemologia, que controla a teoria e a prática decorrente da teoria. Aqui, Ottoboni (2009) nos lembra que Morin utiliza o termo paradigma referindo-se, não só ao saber científico, mas também a todo conhecimento, todo pensamento, todo sistema nomológico.

Entretanto, se, por um lado, os paradigmas norteiam a produção de conhecimento em determinada comunidade científica, por outro eles têm efeitos colaterais negativos, por exemplo, o fato de imporem limites cognitivos para os pesquisadores e para a produção científica resultante que os adotam, mantendo-os sempre dentro de determinadas fronteiras paradigmáticas.

De acordo com Ottoboni, nas ciências naturais, diferentemente das ciências sociais, facilmente se identifica a substituição de um paradigma por outro; “por exemplo, nas ciências naturais, as revoluções no pensamento estão associadas aos trabalhos de Copernicus, Newton e Einstein” (2009, p. 8). Assim, não é difícil perceber essas revoluções como “progresso”. Do lado das ciências sociais, ao contrário, existe pouca evidência de uma progressiva sucessão de “paradigmas”; há, sim, uma abordagem que torna-se dominante em um dado momento (que pode ser longo), sendo esse domínio, de um paradigma sobre os demais, resultado de uma contínua disputa.

Especificamente, nos estudos organizacionais, a utilização de paradigmas tem sido objeto de discussões, debates e disputas entre abordagens (CLEGG; HARDY, 2010). De fato, o termo “paradigma” pode ser entendido como uma base ontológica e epistemológica sobre as quais se fundamentam as teorias organizacionais modernas. Ora, em sendo, pode-se compreender que a “guerra de paradigmas” estende-se também aos métodos de pesquisa que podem atender às peculiaridades de cada paradigma (LEAO; MELLO; VIEIRA, 2009).

Neste ponto, segundo Caldas:

Burrell e Morgan (1979) sugeriam que o campo de teoria organizacional seria formado por uma série de posições epistemológicas e on-

tológicas de base, as quais formariam algumas posições metateóricas *a priori* no desenvolvimento científico em análise organizacional. Cada um desses quase-paradigmas paralelos coexistiria na área e influenciaria teorias que seriam aprisionadas por seus próprios pressupostos e desconheceriam ou ignorariam os demais "silos" representados por "campos concorrentes". (2007, p. 6-7).

O problema das taxonomias de paradigmas é que elas restringem as "maneiras de ver" o mundo, tornando-as mutuamente exclusivas, levando à polarização da ciência e da sociedade em torno das dimensões opostas. E não foi diferente com Burrell e Morgan (1979): ao evidenciar diferenças elementares, o trabalho dos autores promoveu a segregação das perspectivas, dificultando o diálogo e o crescimento interparadigmático (CALDAS, 2007).

Visto de outra perspectiva, é importante descortinarmos esse debate para perceber que não se trata apenas de disputas acerca de epistemologia, de lógica ou de teoria linguística, mas que é também um problema de política. Para entender o debate dos paradigmas, é necessário, também, considerá-lo uma luta por espaço acadêmico entre indivíduos e grupos com opções axiológicas, ontológicas e epistemológicas, hipóteses e agendas de pesquisa distintas (BOURDIEU, 2004; CLEGG; HARDY, 2010). Por isso, há espaço para os que buscam conservar a posição dominante de um paradigma e usam estratégias políticas para tal. E há também espaço para aqueles que lutam para criar novos espaços para novas alternativas.

O objetivo deste trabalho é contribuir para uma reflexão sobre as consequências do debate polarizado entre positivismo e interpretativismo para o campo da Administração. Acreditamos que essa discussão sobre paradigmas possa ser profícua na medida em que provoca os pesquisadores a refletirem sobre premissas, práticas e valores compartilhados numa comunidade científica. No entanto, quando levada ao extremo, torna-se apenas disputa que nos impede de avançar na busca de outras abordagens para lidar com a complexidade dos fenômenos sociais que estudamos.

Neste sentido, vale a pena resgatar algumas potencialidade e limitações dos paradigmas em questão para, enfim, discutir sobre o cerne da questão ora proposta.

DE UM LADO... “ELE” – O PARADIGMA POSITIVISTA

O positivismo teve seu início em meados do século XIX, com August Comte, com a concepção de que conhecer significa somente mensurar e quantificar. Sua proposta apresenta-se como: “os fatos só são conhecíveis pela experiência e a única válida é a dos sentidos” (COMTE, 1939, p. 11); avançou até o século XXI com novas faces, mas mantendo seu cerne. Traz, em sua base epistemológica, elementos conceituais de duas principais linhas filosóficas do século XX, quais sejam, a lógica empirista e o positivismo lógico.

Triviños divide a evolução do paradigma positivista em três momentos:

Uma primeira fase, que é chamada de *positivismo clássico*, na qual, além de fundador Comte, sobressaem os nomes de Litté, Spencer e Mill. Em seguida, ao final do século 19 e princípios do século 20, o *empiriocriticismo* de Avenarius (1843 -1896) e Mach (1838-1916). A terceira etapa denomina-se, em geral, *neopositivismo* e compreende uma série de matizes, entre os quais se podem anotar o positivismo lógico, o empirismo lógico, estreitamente vinculados ao Círculo de Viena (Carnap, Schlick, Frank, Neurath, etc.); o atomismo lógico (Russel, 1872-1970, e Wittgenstein 1889-1951); a filosofia analítica (Wittgenstein e Ayer, 1910) que acha que filosofia deve ter por tarefa elucidar as formas de linguagem em busca da essência dos problemas; o behaviorismo (Watson, 1878-1958) e o neobehaviorismo (Hull, 1884-1952), e Skinner, 1904). (1987, p. 33).

Para o paradigma positivista, a realidade pode ser totalmente apreendida e compreendida a partir do estudo das relações entre variáveis, utilizando dados objetivamente processados com o apoio de métodos estatísticos que permitem a construção de previsões e relações causais entre as variáveis-chave (DEMO, 2009).

Dentro dessa perspectiva positivista, em sua obra *Discurso sobre o método*, Descartes (2011) argumenta que analisar a realidade é decompô-la em partes menores, e assim até chegar ao seu total entendimento. Para tanto, parte-se do entendimento de que a realidade é um todo estruturado e matematicamente formalizado. O lado não previsível e dinâmico da realidade é tratado como algo secundário a ser descartado.

O positivismo opõe-se ao tipo de conhecimento baseado apenas no raciocínio lógico, que acredita que a razão pode tudo conhecer. Pelo contrário, o positivismo privilegia o empirismo, a experiência, o foco e a observação dos fatos. Para Trevisan, "a despeito de certa megalomania por parte de Comte, a contribuição do positivismo é inegável em todas as ciências, especialmente na sociologia, traçando bases teóricas e metodológicas que são ainda válidas" (2006, p. 3).

Avançando, o neopositivismo foi um dos movimentos filosóficos mais marcantes do século XX. Defende um método científico para as ciências sociais, baseado em testes de hipóteses, objetivando a formulação de teorias que expliquem as relações causais. Contrariando o positivismo clássico de Comte, que enxergava os fenômenos sociais e da natureza como imutáveis, o neopositivismo passa a considerar a ciência como um saber fragmentado, sem possibilidade de definição última e, constantemente, sujeita a revisões e mudanças (TREVISAN, 2006).

Assim, historicamente, associou-se o positivismo e o neopositivismo ao progresso da sociedade moderna. Desde então, como consequência, procedimentos de formalização rigorosamente controlados passaram a ostentar validade universal e serem apreciados e valorizados como critérios obrigatórios para assegurar conhecimento científico de qualidade e com relevância para a sociedade (DEMO, 2011).

Por outro lado, o positivismo é invariavelmente criticado por sua insistência na inadequação de transpor, para as ciências sociais, os procedimentos dominantes em ciências naturais, o que resulta em reducionismo da realidade a alguns de seus aspectos; obviamente a aqueles que podem ser observados, mensurados:

Críticos oriundos das ciências sociais assacam contra esta expectativa a pecha reducionista e ideológica de manutenção da ordem dominante, à medida que, perdendo a verve questionadora do conhecimento rebelde, declara-se como real o que o método capta. (DEMO, 2011).

Aqui, vale chamar atenção para o fato de que a crítica ao empirismo não pode ser confundida com o questionamento ao trabalho empírico na pesquisa; realizar uma boa investigação empírica independente da abordagem paradigmática adotada (DEMO, 2011).

Em geral, pesquisas apoiadas nesse paradigma preocupam-se, principalmente, em testar teoria, buscar evidências encontradas com o emprego de proposições formais, testar hipóteses e fazer inferências sobre o fenômeno a partir de uma amostra da população.

Para Santos (2005), a concepção segundo a qual conhecer significa quantificar faz com que as qualidades intrínsecas do objeto sejam desqualificadas, sendo colocadas em seu lugar as quantidades que podem traduzir. “Ao tomar o que é mais mensurável como mais importante, o positivismo mostra-se ditador de dados que na verdade são seletivos, reducionistas e limitados e não expressam a realidade em sua totalidade como prometem” (SANTOS, 2005, p. 27-28). Daí por diante, aquilo que o positivismo desqualifica por não ser quantificável pode ser considerado objeto de perda irreparável, uma vez que o procedimento da elaboração formal será mais valorizado do que a produção ou a construção do conhecimento.

Para Cardoso e Serralvo (2009), ao se preocupar excessivamente com formalismos e empirismos, o positivismo limita, se não cerceia, a busca pela criatividade, pela possibilidade de pensar ciência a partir de outras abordagens paradigmáticas.

Neste sentido, relembramos que o tipo de conhecimento produzido sobre o objeto resulta da abordagem paradigmática escolhida para tal. Por isso não há como assegurar que as medições sobre determinado fenômeno sejam inquestionáveis, objetivas ou, ainda, isentas de valores. O uso de técnicas de avaliação quantitativas ou de medições diz respeito a apenas uma (não a única) determinada abordagem escolhida para compreender o objeto pesquisado.

O positivismo, como modelo de racionalidade científica, é, segundo Santos (2005, p.27), um modelo totalitário, “na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas”. Nessa racionalidade, o conhecimento é essencialmente matemático e reducionista. O que não se pode medir, quantificar, dividir, é dispensável, irrelevante.

E, nessa lógica de racionalidade instrumental, as ciências sociais podem ser pensadas como quantificáveis como as ciências naturais ou, em outra perspectiva, mais próxima de um novo modelo paradigmático, como uma ciência que sempre será subjetiva, que

tem de compreender os fenômenos sociais a partir das atitudes mentais e do sentido que os agentes conferem às suas ações, para o que é necessário utilizar métodos de investigação e mesmo critérios epistemológicos diferentes das correntes das ciências naturais. (SANTOS, 2000, p. 64).

Essa nova perspectiva é o que traz à tona a crise epistemológica do paradigma dominante. Isso porque "o aprofundamento do conhecimento permitiu ver a fragilidade dos pilares em que se funda a ciência moderna" (SANTOS, 2000, p. 67-68), a ideia de que a realidade não é simplesmente a soma das partes e a deficiência do rigor matemático como melhor forma de conhecer o fenômeno deram início à discussão sobre a necessidade de uma nova forma de pensar.

Santos (2005) avança dizendo que o paradigma dominante entrou em crise por não dar conta dos problemas do mundo globalizado e em permanente transformação: o avanço da ciência e o atual contexto da sociedade caracterizada pela complexidade, pela incerteza, demandaram um novo mundo de pensar ciência. Assim sendo, o pensar ciência não estaria mais limitado a um único paradigma dominante.

Outro ponto a ser questionado no paradigma positivista: sua posição de apresentar-se como neutro quando se sabe que a neutralidade é apenas uma utopia; não há como ser asséptico, não há como manter dicotomias quando razão e emoção estão contidas nas duas figuras principais do fazer ciência: o pesquisador e o pesquisado. As inter-relações sociais entre o pesquisador e o objeto pesquisado, quando esse objeto é o próprio homem, são inseparáveis. Logo, é mais honesto assumir que não captamos a realidade como ela de fato é, mas como a conseguimos ver (DEMO, 2011).

A partir da construção desse novo paradigma, assume-se que o sujeito e seus valores e experiências pessoais não se separam do fazer ciência ou do construir conhecimento, como defende a ciência moderna. E que por isso as ciências naturais são, primeiro, sociais. São interpretações do homem para a natureza, por exemplo. "Este passo epistemológico é um dos mais decisivos na transição paradigmática" (SANTOS, 2000, p. 84), mas deve-se atentar ao fato de que as bases epistemológicas das ciências sociais foram construídas com

a perspectiva moderna, pós-positivista. Essas mudanças são apenas o início da construção desse novo modelo pós-moderno que Santos (2000, p. 94) considera indispensável à presença da analogia, seja ela lúdica, dramática ou biográfica, como “as categorias matriciais do paradigma emergente”.

No que se refere à Administração, sua origem deu-se no campo prático, ou seja, ela se iniciou já dentro do paradigma positivista-funcionalista (OTTOBONI, 2009). Talvez por isso se explique o fato de que, na comunidade científica da Administração, o positivismo ainda é forte e para muitos pesquisadores é como se não houvesse outra forma de fazer ciência (TEIXEIRA; NASCIMENTO, 2011; LIMA, 2011).

Como argumento principal para essa postura, alega-se que o êxito da noção de fazer ciência está diretamente relacionado a este paradigma. Como consequência, esquecemos que, ao elegermos a quantificação e a mensuração como critérios maiores para o rigor e a qualidade do conhecimento científico em Administração, corremos o risco de supervalorizarmos a formalização, em detrimento da relevância social e do pluralismo metodológico.

Por outro lado, adotar esses critérios – a quantificação e a mensuração – em pesquisas de determinadas áreas da Administração pode ser um verdadeiro passaporte para garantir o acesso à elite acadêmica. A exigência de uso de procedimentos estatísticos mais sofisticados acaba tornando-se senha dos eleitos, precisamente porque não é perícia comum (DEMO, 2011). Neste ponto, fica claro que a qualidade, a originalidade e a autoria foram suplantadas pelo alinhamento.

Nesse sentido, se a pesquisa em Administração enquadra-se e/ou supervaloriza o molde positivista, exigindo de seus pesquisadores quase que obrigatoriamente o uso de procedimentos estatísticos, é bem possível que estejamos sendo empurrados para a acomodação aos paradigmas dominantes de cientificidade e deixando de buscar alternativas (multi) paradigmáticas.

Decerto, alguns poderiam contra-argumentar, afirmando que o positivismo veio para afastar posicionamentos excessivamente amadores, sem consistência objetiva e imprimir a prática de discursos

bem formulados, com argumentação. No entanto, nenhuma abordagem epistemológica, por si só, é garantia de boa argumentação.

Em outras palavras, ainda que os paradigmas sejam signo fundamental da pertença e das comunidades acadêmicas de prática (DEMO, 2011) – quando nos voltamos cegamente a produzir conhecimento sob a perspectiva de um paradigma dominante significa que cedemos e nos mantemos subalternos a uma lógica de enquadramento limitante e limitada.

Diante disso, considerando que o paradigma positivista privilegia estruturas, e não dinâmicas, e que as teorias sob sua perspectiva são usadas como modelos simplificados para enquadrar a realidade, por que nossa comunidade científica valoriza tanto a construção de conhecimento calçada nesta abordagem? (TEIXEIRA; NASCIMENTO, 2011; LIMA, 2011.)

Nossa explicação pode estar na noção de campo científico de Bourdieu: “um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças; [...] lugar de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas” (2004, p. 22). Vale dizer: a Administração pode ser entendida como um campo de lutas para transformar; de lutas entre o uniforme, o positivo, o confronto, as contradições e a mudança. E o universo, considerado “neutro” e livre de subjetividade do campo da Administração, como acreditam os positivistas, constitui um campo social como outro qualquer, contendo lutas de poder, monopólios, estratégias, relações de forças, interesses particulares, de lucro etc.

Portanto,

às diferentes posições no campo científico associam-se representações da ciência, estratégias *ideológicas* disfarçadas em *tomadas de posição epistemológicas* através das quais os ocupantes de uma posição determinada visam justificar sua própria posição e as estratégias que eles colocam em ação para mantê-la ou melhorá-la e para desacreditar, ao mesmo tempo, os detentores da posição oposta e suas estratégias. (BOURDIEU, 1983, p. 34).

Assim, na luta entre dominantes e pretendentes do campo científico, utilizam-se estratégias antagônicas com estrutura e

princípios opostos. O interesse dos que estão no domínio é o de conservação, visando perpetuar a ordem estabelecida; os novatos, por sua vez, procuram romper com essa lógica dominante propondo uma lógica diferente e tentando estabelecer-se como dominantes no campo científico (BOURDIEU, 1983). Especificamente no campo da Administração, percebe-se uma concepção dualista de paradigmas. O positivismo ocupa posição dominante enquanto outra posição epistemológica adotada nas pesquisas em Administração procura um espaço de destaque nesse campo de forças: o interpretativismo.

DO OUTRO LADO DA DISPUTA... O PARADIGMA INTERPRETATIVISTA

No início do século XX, o paradigma positivista foi duramente questionado por meio dos estudos de Einstein, com a teoria da relatividade, e por Max Planck, com a teoria quântica. As descobertas desses cientistas apresentaram a matéria como algo fluido e relativo e contestaram as certezas sobre as noções newtonianas de tempo e espaço.

Com os horrores da Segunda Guerra Mundial, de Auschwitz e de Hiroshima, a ciência passou a ser criticada quanto ao preço humano pago pelo desenvolvimento tecnológico. Nestes períodos, evidenciou-se que a pactuação de alianças com políticos e militares desvirtuou os cientistas do ideal científico de contribuir para a felicidade humana e o bem-estar geral da sociedade. A visão da ciência como conhecimento objetivo, e da figura do cientista como sujeito onisciente, não mais se sustentava.

Ou seja, o questionamento da ciência moderna advém de fatos históricos, sociais e do próprio avanço científico que deixaram à mostra as insuficiências estruturais do paradigma dominante (DEMO, 2009). De fato, as mudanças trazidas por esses fatos evidenciaram a necessidade de buscar conhecimento científico capaz de lidar com a complexidade, a multicausalidade e a interdependência entre os processos sociais e os naturais (BASTOS; ROCHA, 2007):

Nos últimos anos, o termo “crise” tem sido frequentemente aplicado ao estado da ciência em geral ou de ciências e grupos de ciências em particular. Houve uma “crise” na física, uma “crise” na psicologia,

e acima de tudo uma “crise” nas ciências sociais – sociologia, economia, jurisprudência etc. O termo se refere, em primeiro lugar, ao aparecimento de dúvidas a respeito de leis e métodos anteriormente encarados como firmemente estabelecidos. Mas, aplicado às ciências sociais, indica, além disso, uma profunda insatisfação com os resultados da investigação social. (KAUFMANN, 1977, p. 171).

O distanciamento proposto e assegurado pelo paradigma positivista mostrou-se inalcançável diante da constatação de que a distinção entre sujeito/objeto não é tão nítida; os contornos não estão demarcados claramente: “os objetos têm fronteiras cada vez menos definidas; são constituídos por anéis que se entrecruzam em teias complexas com os dos restantes objetos, a tal ponto que os objetos em si são menos reais que as relações entre eles” (SANTOS, 2005, p. 56).

Apresentando outra perspectiva, a ontologia interpretativista não considera a existência de uma realidade totalmente objetiva, nem totalmente subjetiva; existe uma interação entre as características de determinado objetivo e a compreensão que os seres humanos criam, socialmente, a respeito dele. Os significados subjetivos, simbólicos e sociopolíticos têm importância para a forma como os indivíduos constroem sua realidade (SACCOL, 2009).

Em outras palavras, sob o entendimento desse paradigma, a realidade não é algo dado e posto, esperando ser mensurada. O interpretativismo considera a noção de intencionalidade e, em decorrência, a preocupação desta perspectiva não é explicar nem analisar os fenômenos a partir de leis ou relação causal. O indivíduo e os fenômenos sociais não respondem a estímulos de forma linear e, por isso, não podem ser matemática e cartesianamente esquadrinhados.

Assim, da perspectiva do paradigma interpretativista, admite-se a complexidade emergente da produção de sentido humano e a natureza distinta do mundo social, que não podem ser entendidos da mesma forma que o mundo natural e físico.

Com isso, dizemos que a epistemologia interpretativista é construtivista, ou seja, o conhecimento é construído a partir de interações entre as pessoas e dentro de um contexto social. O paradigma interpretativista vê o mundo social como “uma situação ontológica duvidosa e de que o que se passa como realidade social

não existe em qualquer sentido concreto” (MORGAN, 2007, p. 16), formado pela vivência subjetiva ou intersubjetiva dos indivíduos. Aqui estão a hermenêutica, a etnometodologia e o interacionismo simbólico fenomenológico buscando entender a sociedade a partir do agente da ação.

Glaserfeld, um dos fundadores do construtivismo, acredita que este paradigma “é um modo de pensar e não uma descrição do mundo” (1996, p. 82). O construtivismo é um modelo proposto para conhecer os fenômenos de nossa experiência, e não para tentar descrever uma realidade absoluta. O que o autor tenta esclarecer é que o construtivismo não formula declarações ontológicas, apenas esclarece um modo de enxergar a realidade. Uma realidade que é oriunda somente da nossa experiência. Então, dentre os tipos de conhecimentos existentes, a ciência é construída pelas ideias dos cientistas, e não pela descoberta do mundo.

Para Godoy (1995), pesquisas baseadas nessa perspectiva interpretativista destacam-se por oferecerem possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem o homem e suas intrincadas relações sociais, que são estabelecidas em ambientes diversos. Pelo olhar dessa abordagem, a realidade ocorre dentro de contextos históricos e é construída socialmente e, portanto, as pesquisas sociais e humanas buscam, não mais somente o caminho da mensuração, mas o da compreensão (GUBA; LINCOLN, 1994).

Com efeito, para o paradigma interpretativista, a compreensão dos fenômenos sociais (e aqui se inserem os da Administração) dá-se

a partir da interpretação das atitudes e do sentido que os agentes conferem às suas ações e para tal é necessário utilizar métodos de investigação e mesmo critérios epistemológicos diferentes dos correntes nas ciências naturais, com vista à obtenção de um conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo, em vez de um conhecimento objetivo, explicativo e nomotético. (SANTOS, 2005, p. 38).

Portanto, para a perspectiva interpretativista, quando um pesquisador vai a campo, não impõe categorias analíticas para o estudo empírico de um fenômeno. Pelo contrário, ao invés de ir munido de instrumentos e técnicas para mensurar a realidade, o pesquisa-

dor, muitas vezes, elabora seus construtos a partir do trabalho de campo, pois se preocupa em captar aquilo que é mais significativo do ponto de vista das pessoas que estão no contexto pesquisado. Nessa dinâmica, a pesquisa científica depende dos participantes, de suas ideias, palavras, expressões, conceitos e experiências acerca da realidade estudada.

Em decorrência disso, a neutralidade axiológica do pesquisador não se sustentaria, porquanto o interpretativismo pressupõe que interesses, crenças, valores, permeiam e intervêm nas investigações. "Com isso os interpretativistas não buscam eliminar o que os positivistas chamam de 'vieses', mas sim assumem que tais pressuposições e crenças dos pesquisadores estão presentes e sugerem torná-las o mais evidente possível" (SACCOL, 2009, p. 263).

Considerando que um paradigma não é melhor do que outro, e que as técnicas e métodos empregados de acordo com o escolhido produzirá conhecimento que ilumina, obviamente, aspectos distintos do fenômeno ou objeto estudado, podemos refletir que os achados de pesquisa norteados pelo paradigma interpretativista mostram a realidade a partir de determinados pressupostos. No entanto, quando perdemos essa noção corremos o risco de também impor uma forma tida como única e melhor para fazer ciência, o que novamente limita a produção científica a uma determinada abordagem paradigmática, desta vez interpretativista.

Dentro desse raciocínio, vale a pena refletir e ter o cuidado para não repetir o mesmo caminho tão criticado do positivismo, qual seja, mostrar as limitações de um determinado paradigma sem enxergar as próprias. Certamente, uma das principais críticas ao interpretativismo é o relativismo (SACCOL, 2009); daí alguns pesquisadores colocarem em cheque a cientificidade do conhecimento produzido.

Também é comum encontrarmos argumentos de que as pesquisas que adotam uma perspectiva mais interpretativista são imprecisas, carregadas de subjetividade e manipuláveis. Na verdade, as pesquisas interpretativistas ocupam um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes (GODOY, 1995) – haja vista o trabalho de

autores para dar mais rigor a pesquisas desse cunho, como Corbin e Strauss (2008), Fischer e Otnes (2006), Creswell (2010), entre outros.

Apesar disso, para Demo, a pesquisa que se pauta na abordagem interpretativista ainda não frutificou a contento. O autor argumenta que, ao buscar superar o positivismo, o faz de forma amadora, “não produzindo processos e resultados minimamente confiáveis para a intersubjetividade acadêmica” (2011, p. 6).

A despeito disso, percebe-se, no campo da Administração, um aumento da aplicação de metodologias interpretativistas, como no caso dos trabalhos de Leão, Mello e Vieira (2009), em metodologia; Mello (2006), sobre conhecimento em marketing; Bandeira-de-Mello e Cunha (2003), em estratégia; Maisonnave e Rocha-Pinto (2008), sobre percepção na gestão da inovação; Grohmann (2005), em aprendizagem gerencial; Petrini, Pozzebon e Meirelles (2007), em sistemas de informação.

De fato, saber pesquisar a realidade não é procedimento necessariamente positivista ou interpretativista. Por isso discordamos do argumento de Demo de que adotar procedimentos positivistas “quando menos, isto confere à pesquisa confiabilidade intersubjetiva, capital acadêmico crucial para os dias de hoje” (2011, p. 14). Por que adotar procedimentos de mensuração quantitativa quando a pesquisa proposta não parte do paradigma positivista? Não estaríamos buscando a segurança e a confiabilidade e sacrificando possíveis saltos importantes para construção de novas teorias ou metodologias de pesquisa? Ou, por que adotar a perspectiva interpretativista quando não se tem qualquer tipo de identificação com seus pressupostos axiológicos, ontológicos e metodológicos?

Com efeito, a ciência pode ser construída de maneiras diversas, a partir de outros horizontes, desde que com rigor e qualidade acadêmica. Para tanto, é necessário criar espaços, fomentar discussões e fortalecer as propostas alternativas de pesquisa que permitam conhecer a realidade social a partir de abordagens paradigmáticas para além da escolha positivista ou interpretativista.

Neste raciocínio, a seção seguinte apresenta nossas considerações sobre as consequências do embate entre os dois paradigmas anteriormente discutidos para o campo da Administração.

É ENTÃO... O QUE A ADMINISTRAÇÃO GANHA COM ESSA DISPUTA?

Esta discussão transcorre em torno do conceito de paradigma marcado pelo trabalho de Kuhn, já que, o modo como os teóricos organizam-se dentro de seu campo pressupõe um paradigma. Para Burrell (2010) e Kuhn (2001), a ciência desenvolve-se "por meio de tensões políticas, que são resolvidas na comunidade científica em um ciclo" (BURRELL, 2010, p. 443). Dentro da teoria organizacional, o conceito de paradigma foi introduzido pelos trabalhos de Burrell e Morgan (1979), que ressaltaram a falência da teoria e deram condições para que alguns teóricos organizacionais utilizassem outros quadros de referência.

A taxonomia criada por Burrell e Morgan (1979), baseada na polarização em torno das dimensões objetivo/subjetivo para classificar a pesquisa nas organizações, exerce sua influência no campo da Administração até os dias atuais. Pautada na incomensurabilidade dos paradigmas, situa-se na "guerra de paradigmas", sugerindo que as abordagens paradigmáticas do positivismo e do interpretativismo são inconciliáveis: não conversam entre si (BURRELL; MORGAN, 1979; GUBA; LINCOLN, 1994).

De fato, o trabalho de Burrell e Morgan (1979) criou uma classificação para catalogar um número limitado de opções disponíveis para o estudo das organizações e um espaço protegido no qual pesquisadores não positivistas pudessem trabalhar, livres das críticas dos funcionalistas (CLEGG; HARDY, 2010). Até aqui, nada demais em aceitar que paradigmas possam ser inconciliáveis; afinal, estamos considerando, não só a orientação epistemológica, mas a ontologia que determina a forma como o pesquisador entende a realidade e como se aproximará dela.

Mais adiante, o trabalho de Morgan e Smircich (1980) propõe um continuum cujos polos contêm visões antagônicas sobre a natureza da ciência social, quais sejam: objetiva e subjetiva. Entre os extremos, podemos encontrar diversas suposições ontológicas e de natureza humana com fronteiras não bem delineadas (LEÃO; MELLO; VIEIRA, 2009).

Mas, o que fazer com as pesquisas que extrapolam as fronteiras delineadas pelo continuum ou pelas taxonomias de paradigmas?

Neste sentido, concordamos com Leão, Mello e Vieira (2009): o campo da Administração tem trilhado mais o caminho do conflito do que o do consenso, com destaque para as polarizações e antagonismos acirrados entre dois paradigmas e seus pesquisadores – positivistas e interpretativistas –, que vão opondo-se em argumentos, seguindo uma previsível escalada de ataques, aumentando a distância de possível conciliação (LIMA, 2011).

Ou seja, “nesse embate entre as duas tradições, ainda prevalece a visão dicotômica e maniqueísta, a partir da qual só é possível escolher entre dois extremos opostos e mutuamente excludentes” (ROCHA-PINTO; FREITAS; MAISONNAVE, 2010, p. 124). Essa supervalorização da dicotomia entre positivismo e interpretativismo vem gerando um longo debate sobre o valor relativo desses paradigmas e qual a melhor abordagem paradigmática. Assim, o embate entre essas duas abordagens tornou-se sem fim, e desvia a atenção sobre o que é realmente importante: a qualidade, a consistência, o rigor e a relevância da produção científica em Administração – independentemente da abordagem paradigmática escolhida.

Qual dos dois paradigmas é o melhor? Nem tão cedo chegaremos à resposta, porque simplesmente essa não é uma busca necessária. Alguns estudiosos defendem que, isoladamente, nenhum dos dois paradigmas consegue oferecer todas as ferramentas necessárias para as diversas questões de pesquisa que o campo da Administração demanda. Por isso, argumentam que esses paradigmas são complementares, sendo que um preenche a falta do outro e vai onde o outro não consegue chegar (GOMES; ARAÚJO, 2011). A escolha paradigmática, por si só, não é suficiente para garantir rigor, consistência, relevância e qualidade da pesquisa. Se assim fosse, todas as pesquisas positivistas seriam sempre excelentes, assim como as pesquisas construtivistas, mas a realidade não é bem essa. Temos pesquisas boas e ruins, independentemente do paradigma escolhido.

Certamente, qualquer polarização nas discussões em torno de paradigmas será sempre incompleta e resultará em reduções dos contextos de análise, forçando-os a se encaixarem nos paradigmas privilegiados pelos pesquisadores, levando à incompletude do conhecimento produzido pela pesquisa da área. Em se tratando do campo da Administração, restringir o debate sobre abordagens pa-

radigmáticas à escolha entre duas significa nos privarmos de olhar um fenômeno social a partir de uma perspectiva multiparadigmática, o que pode possibilitar o desenvolvimento de pesquisas que mostrem uma interpretação multifacetada da realidade em estudo (SILVA; NETO, 2006).

Assim, mesmo reconhecendo as diferenças significativas entre os paradigmas tradicionais de pesquisa, não podemos esquecer que eles são construções sociais e históricas e, portanto, não são definitivos, tampouco invioláveis ou santificados. Tratar as diferenças entre eles de forma dialógica pode gerar novas possibilidades de compreensão para os fenômenos e oferecer aos pesquisadores outras formas (não melhores, ou piores; talvez, mais ricas) de produzir conhecimento.

Neste sentido, para Hatchuel (2005), a existência de múltiplos paradigmas e a concorrência entre eles não é paradigmática em Administração. Em outras palavras, em vez de contribuir para o surgimento de novos paradigmas, está criando vários problemas, dentre eles a falta de unidade científica dentro do próprio campo.

Vale dizer, continuar na disputa para afirmar que tal paradigma é superior a outro, alegando essa ou aquela característica, pouco contribui para a Administração evoluir como ciência. Cada paradigma mostra suas potencialidades para determinadas situações e, ao mesmo tempo, limitações em outras. Disto decorre que

a liberdade acadêmica tem de ser preservada sob pena de substituirmos uma *mainstream* por outra, uma dominação por outra e não há como afirmar que um tipo teórico é mais correto ou mais certo para qualquer contexto, pois cada um deles sempre nos chamará atenção para certos aspectos enquanto outros serão silenciados. Todas as vertentes possuem as suas contribuições. (ALCADIPANI, 2005, p. 226).

Além disso, ao ignorarmos outra abordagem, que difere daquela determinada pelo mainstream, revelamos preconceito, ou pior, impedimos que outras perspectivas sejam reconhecidas e, assim, a produção de conhecimento passa a ser direcionada, não mais por critérios de cientificidade, mas por um debate entre ideologias.

Significa dizer, quando associamos a Administração a uma abordagem paradigmática – seja ela positivista ou interpretativista

–, tendo-a inquestionavelmente como a melhor, comprometemos a possibilidade de analisar criticamente o conhecimento científico produzido. Consequentemente, trabalhos científicos passam a ser analisados a partir de um olhar ideologicamente enviesado e aqueles que não se enquadram dentro da perspectiva dominante correm sério risco de serem rechaçados. E assim nossa produção científica correrá o risco de assemelhar-se a uma grande linha de produção, em que os melhores produtos são aqueles que seguem estritamente os padrões determinados.

Nesse sentido, compartilhamos com Cardoso e Serralvo (2009) o entendimento de que o desafio colocado para a pesquisa em Administração é reconhecer que a maioria de seus objetos de estudo guarda relação com outras áreas de conhecimento, daí resultando a necessidade de produzir aproximações com metodologias múltiplas e fundamentos teóricos multidisciplinares. Está cada vez mais difícil circunscrever a análise e a compreensão dos fenômenos estudados pela Administração a um olhar único, ou a uma única abordagem paradigmática, ou a uma única metodologia ou fundamento teórico.

Isso se deve ao fato de que os estudos em Administração não mais se limitam a aspectos calculáveis da gestão; passaram a incorporar outras facetas concernentes às organizações, sobre as quais disciplinas como a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política podem oferecer diferentes formas de abordagem (FERREIRA; ALENCAR, 2010). Ou seja, se considerarmos a Administração um campo interdisciplinar em relação direta com outras Ciências Sociais (JAPIASSU, 2006), suas fronteiras epistemológicas tornam-se mais permeáveis, de forma a possibilitar um processo simultâneo de circularidade com diversos campos científicos, sociais, tecnológicos, culturais (SANTANA; GOMES, 2007; PECI; ALCADIPANI, 2004).

Diante de fenômenos sociais complexos com os quais os pesquisadores em Administração se deparam, a riqueza trazida pela conciliação de elementos objetivos e subjetivos, e de métodos, deve ser considerada alternativa, conquanto nos leve a um rompimento com a abordagem monometodológica (MARTIN, 1990) e um descolamento entre os métodos e suas epistemologias de origem (SOARES; CASTRO, 2012).

Neste ponto, cabe a reflexão de que a busca não é apenas por novos procedimentos metodológicos, mas, sim, uma nova forma de compreender o mundo, a realidade, diferentes olhares epistemológicos. Assim, cada vez mais se evidencia a importância da complexidade e do multiparadigmático, visto que eles valorizam o pluralismo, a transdisciplinaridade e a superação do reducionismo (LEWIS; GRIMES, 1999; SILVA; NETO, 2006).

Trata-se de ampliar o entendimento da Administração e vê-la como uma "arena complexa" (FERREIRA; ALENCAR, 2010, p. 11), com diferentes lógicas de pensamento presentes, e à qual a abordagem multiparadigmática confere maior abertura para novas compreensões acerca dos fenômenos sociais em estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos nossas reflexões finais resgatando o que Guerreiro Ramos (1989) já defendia: que a Administração como ciência necessita refletir sobre suas bases, desenvolver reflexão e crítica sobre seus pressupostos. O caminhar rumo a essa tarefa tem se mostrado tão difícil quanto necessário. Nele, algumas reflexões mostram-se cruciais.

Apesar do apogeu sobre a questão dos paradigmas no campo da Administração ter se dado na década de 1980, as discussões ainda continuam, visto que a Administração, como área de conhecimento, continua na busca por sedimentar seus pilares epistemológicos. Clegg e Hardy (2010) lembram-nos que o debate de paradigmas não é algo fácil de ser ultrapassado, visto que sempre existirá a resistência por parte de alguns pesquisadores, buscando proteger seus trabalhos a partir de determinado olhar paradigmático. Por outro lado, eles igualmente argumentam que isto não significa que se devem banir os espaços para novas alternativas de estudos das organizações e da gestão.

Depois dos vários aspectos abordados nas seções anteriores, nosso entendimento é que todas as verdades são, de fato, parciais, e dependem da perspectiva paradigmática adotada. No centro da disputa entre "positivismos" e "interpretativismos" está a "mentalidade paradigmática", que parece ter se generalizado e está, ao mesmo tempo, proliferando e polarizando perspectivas, muitas vezes, conforme discussão anterior, predispondo os teóricos con-

tra explicações contrárias às suas, fomentando o desenvolvimento de posturas epistemológicas estreitas (WILLMOTT, 1993; LEWIS; GRIMES, 2007).

Sabendo dessa persistente disputa entre positivismo e interpretativismo, é importante lembrar que “embora metodologias alternativas facilmente se unilateralizem na qualidade política, destruindo-a em consequência, uma não é maior, nem melhor que a outra. Ambas são da mesma importância metodológica” (DEMO, 1995, p. 231).

Neste contexto, retomando a questão-problema, entendemos que essa disputa questiona a relevância do conhecimento produzido e limita os pesquisadores a determinadas opções epistemológicas tidas como dominantes. Mais do que rivalidade, a controvérsia sinaliza a necessidade de explorar novas perspectivas. Enquanto o debate de paradigmas continua, as ciências sociais, nelas incluída a Administração, vão tendendo à fragmentação e, por isso, é importante que a discussão sobre essa disputa evolua no sentido de sair de polarizações entre paradigmas que inibem os pesquisadores de debaterem sobre representações epistemológicas variadas, com vistas a explorar a pluralidade e o paradoxo.

Com efeito, aceitar a incomensurabilidade dos paradigmas não exclui a possibilidade de conversação entre abordagens diferentes, conquanto não se esteja buscando o consenso ou a homogeneidade nas posições paradigmáticas adotadas. Pode o conversar ser tomado como compartilhar diferenças e semelhanças, ou tem-se, necessariamente, que acordar um entendimento uníssono sobre uma determinada perspectiva paradigmática? Sob nosso ponto de vista, conversa não é somente consenso; é também dissenso, conflito, e é, sobretudo, a possibilidade de conhecer opções paradigmáticas diferentes das que escolhemos para nós.

Por outro lado, temos que admitir: romper com abordagens paradigmáticas, reconhecidamente enraizadas e sedimentadas não é fácil. Significa optar por um caminho difícil de trilhar, no qual temos que abrir mão de supostas verdades e certezas que nos foram apresentadas como as melhores. Novamente, Bourdieu (2004) lembra-nos de que a inovação científica não ocorre sem rupturas sociais com os pressupostos em vigor.

Neste ponto, esclarecemos que de forma alguma estamos afirmando que rotas tradicionais da pesquisa devam ser evitadas ou abandonadas. Na verdade, trata-se de adotar uma postura científica diferenciada, mais crítica, mais reflexiva, menos intransigente (CABRAL, 1998), o que, por si só, já é desafiador quando consideramos a Administração um campo acadêmico e, como tal, um espaço político permeado por disputadas relações de poder que, em última análise, definem agendas de pesquisa, de publicação e de ensino na área.

Assim, sair da roda-viva da disputa demanda aceitar a necessidade de um olhar que contemple a realidade para além das fronteiras impostas e dos antagonismos dicotômicos. Podemos, então, considerar que a abordagem multiparadigmática intensifica o debate sobre a comensurabilidade e o valor de paradigmas múltiplos porque, ao olhar os fenômenos organizacionais por essa perspectiva, é bem possível que possamos expandir as interpretações atuais sobre eles e estimularmo-nos a explorar a complexidade teórica e organizacional (LEWIS; GRIMES, 1999). Quando se propõe uma abordagem multiparadigmática para pesquisas em Administração, de fato, o que se deseja é o respeito a abordagens opostas. Aqui, lentes de paradigma aparentemente díspares revelariam facetas interdependentes de fenômenos complexos.

Sabe-se que, no campo da Administração, o positivismo continua dominante (BALSINI; GODOI, 2008), com a grande maioria das escolas de administração do País ainda seguindo a linha positivista, com grande parte de sua produção baseada em dados quantitativos (ROCHA-PINTO; FREITAS; MAISONNAVE, 2010). No entanto, também observamos que os pesquisadores estão, cada vez mais, baseando seus trabalhos em paradigmas mais interpretativos e críticos, pois reconhecem que a complexidade das ciências sociais suscita perspectivas que possibilitam a compreensão multifacetada do fenômeno em estudo.

Neste sentido, a perspectiva multiparadigmática vem ganhando espaço, na medida em que busca contornar as limitações monoparadigmáticas que excluem parte da complexa realidade em estudo (LEÃO; MELLO; VIEIRA, 2009; SILVA; NETO, 2006; BALSINI; GODOI, 2008).

Lewis e Grimes (2007) apontam que a perspectiva multiparadigmática apresenta-se como uma tentativa de superar a visão paradigmática, procurando, efetivamente, desenvolver novas e mais abrangentes teorias organizacionais. Segundo esses autores, tal perspectiva surge como um ponto de equilíbrio entre o dogmatismo (determinismo) advogado pelo debate ortodoxo e de incomensurabilidade de paradigmas, e o relativismo (vale tudo) das abordagens pós-modernas. Para além desse embate, a pesquisa multiparadigmática apresenta-se como uma forma heurística de paradigmas, na medida em que ajudam os acadêmicos a explorar as complexidades teóricas e os paradoxos organizacionais (LEWIS; GRIMES, 2007).

A despeito de suas potencialidades, a abordagem multiparadigmática está longe de ser uma abordagem trivial, uma vez que seus pressupostos requerem um tipo de pensamento incomum, permeado por diferentes orientações de mundo (MONTEIRO; FONTOURA, 2012). Em outras palavras, a perspectiva multiparadigmática demanda do pesquisador mergulhar em visões de mundo e paradigmas diferentes daquele de origem, o que pode ser visto por muitos de nós como uma tarefa inviável ou hercúlea, na medida em que assumir, não um, mas múltiplos paradigmas, pode sugerir a ampliação das nuances do fenômeno estudado.

Para tanto, Lewis e Kelemen (2002) apontam que os pesquisadores precisam desenvolver mais postura reflexiva, questionando o impacto da pesquisa multiparadigmática em suas percepções sobre a vida nas organizações e em seu próprio trabalho. Não obstante o pesquisador identificar-se como positivista, construtivista ou ainda multiparadigmático, concordamos com Faria que a coerência epistemológica é a única garantia que possuímos de que nosso “passeio pelas teorias possa ser realizado com pertinência, de que as conversas e os confrontos teóricos possam ser levados a cabo com o maior grau de objetividade possível e de que a direção da investigação possa ser seguida com convicção e equilíbrio” (2012, p. 6).

Como reflexão final, retornamos a questão-problema: o que a Administração tem a ganhar com esta disputa? Lembramos que “**ismo**” é um sufixo que indica origem, crença, escola, sistema. Ou ainda, “**ismo**” pode indicar algo que se acredita ser uma regra à qual se deve conformação. Com efeito, as disputas entre os “ismos”

impedem-nos de transcender os dualismos paradigmáticos, desenvolver pensamento paradoxal e perceber visões conflitantes. Por esse caminho, a Administração pouco tem a ganhar.

Por outro lado, se conseguirmos avançar para além das conformações, é bem possível que as discussões tornem-se mais profícuas e plurais, e, assim, a Administração possa ser a grande vencedora dessa disputa.

Assim como propôs Latour (2001), em *A esperança de Pandora*, o mais importante são os benefícios e contribuições que a ciência pode oferecer para a sociedade. Para que haja um contato entre o campo da Administração e a sociedade, não importa apenas mudar de referência paradigmática. É necessário, também, compreender como as pessoas fazem uso da ciência, independentemente dos paradigmas que seguem, e possibilitar que os pressupostos científicos estejam inseridos em todos os âmbitos sociais, fazendo parte do coletivo.

REFERÊNCIAS

ALCADIPANI, R. Réplica: a singularização do plural. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. 1, p. 213-222, 2005.

BALSINI, C. P. V.; GODOI, C. K. Estratégias de pesquisa em estudos organizacionais: vinculações paradigmáticas a partir de questões práticas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2008.

BANDEIRA-DE-MELLO, R.; CUNHA, C. J. C. A. Apoio do software Atlas/TI. In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIAS 3ES, 1., 2003, Curitiba. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2003.

BASTOS, A. V. B.; ROCHA, N. M. D. (Orgs.). **Psicologia: novas direções no diálogo com outros campos do saber**. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

BOURDIEU, P. Le champ scientifique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 2/3, p. 88-104, jun. 1976.

BOURDIEU, P. *O campo científico*. In : ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1983. p. 122-155.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2004.

BURRELL, G. Ciência normal, paradigmas, metáforas, discursos e genealogia da análise. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2010. v. 1.

- BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis: elements of the sociology of corporate life.** London: Heinemann, 1979.
- CABRAL, A. C. de A. Reflexões sobre a pesquisa nos estudos organizacionais: em busca da superação da supremacia dos enfoques positivistas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 22., 1998, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: ANPAD, 1998. 1 CD.
- CALDAS, M. P. Paradigmas em estudos organizacionais: uma introdução à série. In: BERTERO, C. O; CALDAS, M. P. (Orgs.). **Teoria das organizações.** São Paulo: Atlas, 2007. p. 3-11.
- CARDOSO, O. O.; SERRALVO, F. A. Pluralismo metodológico e transdisciplinaridade na complexidade: uma reflexão para a Administração. **Revista de Administração Pública,** Rio de Janeiro, v. 43, p. 49-66, 2009.
- CLEGG, S.; HARDY, C. Introdução: Organização e Estudos Organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais.** São Paulo: Atlas, 2010. v. 1.
- COMTE, A. **Importância da filosofia positivista.** Lisboa: Inquérito, 1939.
- CORBIN, J.; STRAUSS, A. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada.** 2. ed. Trad. Luciane de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2010.
- DESCARTES, R. **Discurso sobre o método.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- DEMO, P. **Forças e fraquezas do positivismo.** 2011. Disponível em: < <http://pedrodemo.blogspot.com.br/2011/04/forcas-e-fraquezas-do-positivismo.html>>. Acesso em: 08. set. 2011.
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 2009.
- FARIA, J. H. de. Dimensões da matriz epistemológica em estudos em Administração: uma proposição. In: ENCONTRO DA ANPAD, 36., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.
- FERREIRA, P. A.; ALENCAR, E. Administração, sociologia e análise multiparadigmática. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 6., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPAD, 2010.
- FISCHER, E.; OTNES, C. C. Breaking new ground: developing grounded theories in marketing and consumer behavior. In: BELK, R. W. **Handbook of qualitative research methods in marketing.** Nothampton: Edward Elgar, 2006. p. 19-30.
- GLASERSFELD, E. V. **A construção do conhecimento.** In: SCHNITMAN, D. F. (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda, 1996. p. 75-83.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 57-63, 1995.

GOMES, F. P.; ARAÚJO, R. M. de. **Pesquisa quanti-qualitativa em Administração: uma visão holística do objeto em estudo**. 2011. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/Semead/8semead/resultado/trabalhosPDF/152.pdf>> Acesso em: 24 abr. 2012.

GROHMANN, M. Z. Influências de um curso de pós-graduação "lato sensu" na aprendizagem gerencial. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 29., 2005, Brasília. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2005.

GUBA, E. B.; LINCOLN, Y. S. Paradigmatic controversies contradictions, and emerging confluences. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage, 1994.

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações**. São Paulo: FGV, 1989.

HATCHUEL, A. Towards an epistemology of collective action: management research as a responsive and actionable discipline. **European Management Review**, v. 2, p. 36-47, 2005.

JAPIASSU, H. **As paixões da ciência**. São Paulo: Letras & Letras, 1991.

JAPIASSU, H. O espírito interdisciplinar. **Cadernos Ebape**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, out. 2006.

KAUFMANN, F.. **Metodologia das ciências sociais**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LATOUR, B. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru: Edusc, 2001. p. 133-154.

LEÃO, A. L. M. S.; MELLO, S. B. C.; VIEIRA, R. S. G. O papel da teoria no método de pesquisa em Administração. **Revista Organizações em Contexto**, v. 5, n. 10, p. 1-16, 2009.

LEWIS, M. W.; GRIMES, A. J. Metatriangulation: Building theory from multiple paradigms. **Academy of Management Review**, Birmingham, AL, v. 24, n. 4, p. 672-690, 1999.

LEWIS, M. W.; GRIMES, A. J. Metatriangulação: construção teórica com base em paradigmas múltiplos. In: CALDAS, M. P; BERTERO, C. O. **Teoria das organizações**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 34-66.

LEWIS, M. W.; KELEMEN, M. Multiparadigm inquiry: exploring organizational pluralism and paradox. **Human Relations**, London, v. 55, n. 2, p. 251-275, 2002.

LIMA, L. A. A representação das múltiplas dimensões paradigmáticas no estudo da administração: um ensaio sobre os limites contidos nas defesas paradigmáticas excludentes. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 198-208, 2011.

MAISONNAVE, P.; ROCHA-PINTO, S. R. Uma análise fenomenológica a respeito da percepção da inovação nos investimentos de pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico brasileiro. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

MARTIN, J. Breaking up the mono-method monopolies in organizational analysis. In: HASSARD, J.; PYM, D. (Eds.). **The theory and philosophy of organizations: critical issues and new perspectives**. London: Routledge, 1990.

MELLO, S. C. B. de. Comentários: o que é o conhecimento em marketing no Brasil, afinal? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 10, n. 2, abr./jun. 2006.

MONTEIRO, L. F.; FONTOURA, Y. S. R. A perspectiva multiparadigmática e o debate objetividade-subjetividade em estudos organizacionais: possibilidades, alcances e limites. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 7., 2012, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2012.

MORGAN, G. Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. In: BERTERO, C. O.; CALDAS, M. P. (Coords.). **Teoria das organizações**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 12-33.

MORGAN, G.; SMIRCICH, L. The case for qualitative research. **The Academy of Management Review**, v. 5, n. 4, p. 491-500, 1980.

MORIN, E. **O método**. Porto Alegre: Sulina, 1998.

OTTOBONI, C. Perspectivas de triangulação entre diferentes paradigmas na pesquisa em Administração. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 33., 2009, São Paulo. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2009.

PECI, A.; ALCADIPANI, R. Demarcação científica: uma reflexão crítica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2004. 1 CD.

PETRINI, M.; POZZEBON, M.; MEIRELLES, F. Incorporando gestão da sustentabilidade aos sistemas de inteligência de negócios. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

ROCHA-PINTO, S. R.; FREITAS, A. S.; MAISONNAVE, P. R. Métodos interpretativistas em Administração: implicações para pesquisadores. **R. Adm. FACES Journal**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 115-127, jan./mar. 2010.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em Administração. **Revista de Administração da UFSM**, v. 2, p. 277-300, 2009.

SANTANA, W. G. P.; GOMES, A. F. Por uma convivência (não tão) harmônica entre paradigmas nos estudos organizacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2007.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000. p. 55-94. v. 1.

- SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- SILVA, A. B. D.; NETO, J. R. Perspectiva multiparadigmática nos estudos organizacionais. In: GODOI, C. K. et al. (Eds.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 53-87.
- SOARES; V. B.; CASTRO, D. C. Ou isto ou aquilo? A integração entre pesquisa qualitativa e quantitativa em estudos organizacionais no Brasil. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 7., 2012, Curitiba. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.
- TEIXEIRA, J. C.; NASCIMENTO, M. C. R. Triangulação entre métodos na Administração: gerando conversações paradigmáticas ou meras validações convergentes?. In: ENCONTRO DA ANPAD, 35., 2011, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: **Anais...** ANPAD, 2011.
- TREVISAN, N. M. Positivismo & pós-positivismo. **Revista Acadêmica do Grupo Comunicacional de São Bernardo**, a. 3, n. 5, jan./jun. 2006.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- WEBER, M. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, G. (Org.). **Max Weber: Sociologia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- WILLMOTT, H. Breaking paradigm mentality. **Organizational Studies**, v. 14, n. 5, p. 681-719, 1993.

Recebido em: 5.2.2013

Aprovado em: 6.5.2013

Avaliado pelo sistema double blind review.

Editor: José Alberto Carvalho dos Santos Claro.

Disponível em <http://mjs.metodista.br/index.php/roc>